



## ENSAIO

# O estado da cooperação científica entre Portugal e os EUA

Se é certo que a situação económica do país obriga a uma gestão cuidada dos recursos, não é menos certo que o edifício científico nacional é frágil para subsistir sem apoios



**MIGUEL PRUDÊNCIO**  
Investigador principal do Instituto de Medicina Molecular. Formado em Bioquímica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, doutorado em Bioquímica pela Universidade de Leiden, cientista da equipa da Unidade de Malária do IMM. É também investigador principal nos concursos lançados por instituições de financiamento nacionais e internacionais como FCT e Bill e Melinda Gates Foundation.

# P

ORTUGAL CONHECEU nos últimos anos um crescimento verdadeiramente ímpar na sua produção científica, quer a nível da quantidade quer sobretudo no que respeita à sua qualidade. Tal crescimento resulta de um esforço consistente feito ao longo de vários anos, que elevou o país a um patamar de inegável competitividade e reconhecimento internacionais. Numa fase inicial, incentivou-se a exposição dos investigadores portugueses a meios científicos de excelência, através do apoio à realização de doutoramentos e pós-doutoramentos em países que lideram a investigação científica a nível mundial. Este esforço permitiu que desde há cerca de uma década se tenha assistido ao regresso de vários cientistas portugueses ao seu país de origem, depois de períodos de formação na Europa e nos Estados Unidos.

A imersão em ambientes científicos de topo permitiu a estes investigadores, uma vez regressados a Portugal, trazerem consigo não só uma nova cultura científica, como também uma rede de contactos com parceiros nas melhores instituições mundiais. No entanto, para que estes primeiros passos de uma ciência de qualidade se tornassem cada vez mais seguros tornou-se claro que só através de um contacto continuado com essas instituições a ciência portuguesa poderia aspirar a um nível cada vez mais alto.

Neste contexto, o estabelecimento de parcerias entre instituições científicas portuguesas e americanas desempenhou um importante papel na consolidação de um ambiente propício ao desenvolvimento científico.

Estas parcerias tiveram o seu início formal em 2007, pela mão do então ministro da Ciência, Mariano Gago, com a criação de programas que visavam agrupar instituições científicas portuguesas e instituições líderes a nível mundial no domínio da investigação científica, como o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie-Mellon University (CMU), a University of Texas at Austin (UTAustin) e a Harvard Medical School (HMS). Tal permitiu não só continuar a aposta na formação, através, por exemplo, de programas de doutoramento conjuntos, mas também o estabelecimento de colaborações científicas entre laboratórios portugueses e algumas das mais reputadas instituições americanas.

Numa recente avaliação destes programas por parte da Academia de Ciências da Finlândia, foram considerados "um instrumento único [...] capaz de elevar Portugal ao patamar seguinte da sua capacidade de inovação" e foi recomendada a sua continuação. Infelizmente, a crise económica do início da década, e as políticas de austeridade adoptadas, conduziram, nas palavras do próprio governo, a "uma significativa redução das contribuições destinadas a todos os programas internacionais de ciência e tecnologia".

Se é certo que a situação económica do país obriga a uma gestão cuidada dos recursos, não é menos certo que o edifício científico nacional ainda é demasiadamente frágil para subsistir sem

apoios e só poderá continuar a crescer através do fomento de uma colaboração cada vez mais estreita com a melhor ciência que se faz a nível mundial. Sendo inegável que é nos EUA que se encontram as melhores instituições científicas e a cultura científica mais avançada, importa que os programas de parcerias com essas instituições continuem a existir e a crescer. No entanto, e sobretudo num cenário de contenção económica, é igualmente importante que se procure constantemente melhorar e otimizar os contornos destas parcerias.

Nesse sentido, vale a pena considerar as recomendações dos avaliadores finlandeses, que sugerem que uma segunda geração de programas de cooperação científica Portugal-EUA cresça com base nos ensinamentos da primeira. Entre outros aspectos, julgo importante questionar o modelo de financiamento até agora adoptado, em que a dotação financeira do programa provém exclusivamente de Portugal. Na prática, tal corresponde a uma efectiva transferência de fundos de Portugal para os EUA, e não a uma real parceria, termo que implica "um compromisso financeiro de ambas as partes".

Em qualquer caso, julgo ser inegável a mais-valia que a cooperação com os EUA representa para a ciência portuguesa. Neste contexto, a busca deverá ser no sentido do constante melhoramento dos programas existentes, e mesmo do seu eventual alargamento. Resta-me, pois, esperar que os nossos governantes, actuais e futuros, procurem não ceder à tentação de políticas de terra queimada, pelas quais tantas vezes se pautou a alternância democrática em Portugal.

Pelo contrário, é necessária uma clara noção de que a ciência e a inovação devem ser designios nacionais transparentes, e é fundamental que os bons legados que forem sendo sucessivamente deixados sejam escrupulosamente utilizados para levar a ciência portuguesa cada vez mais longe.

A imersão em ambientes científicos de topo permitiu redes de contactos com as melhores instituições mundiais